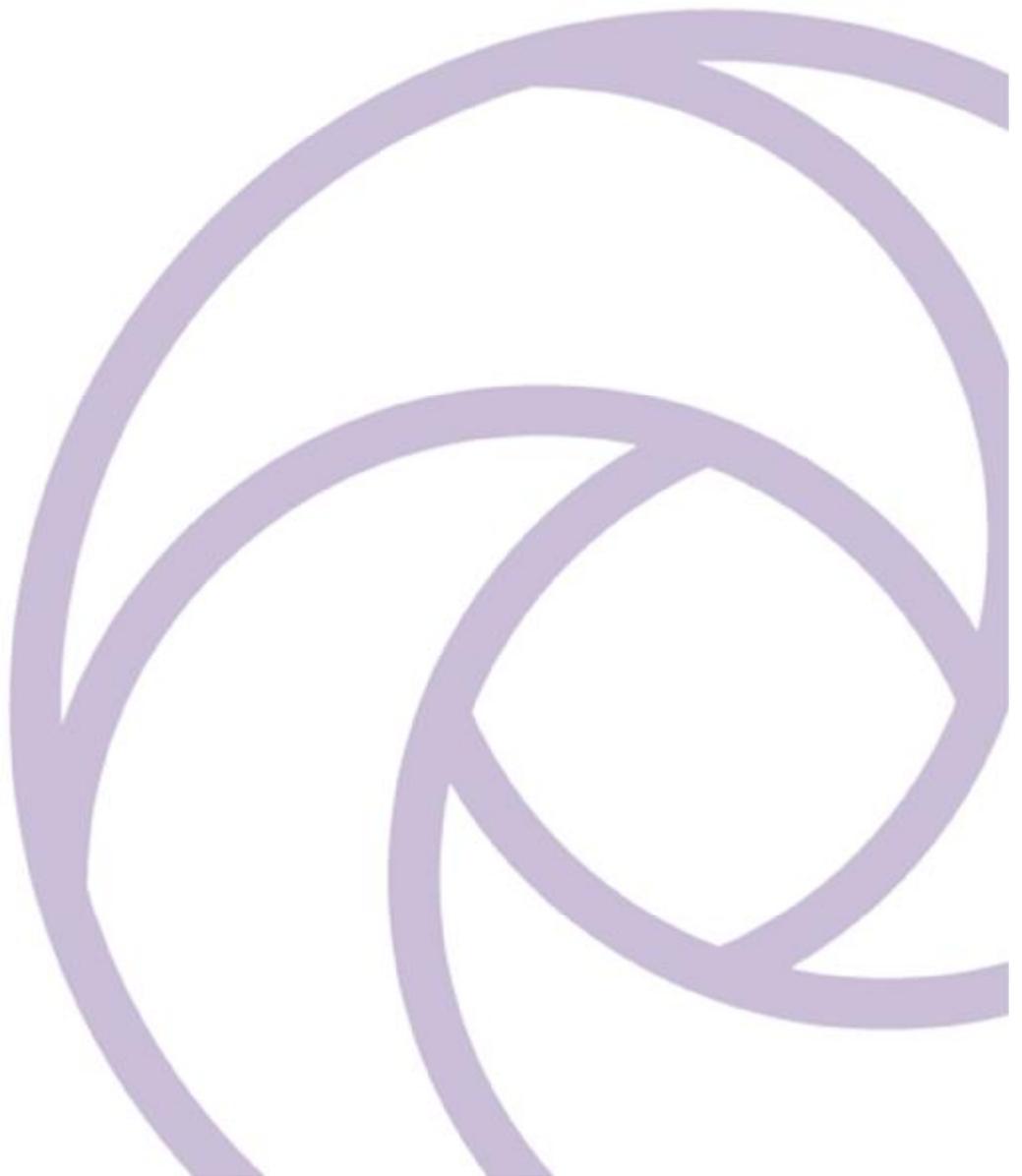


# Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas  
acompanhadas do relatório do auditor independente em  
31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 24AVT-006-PB



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022	16

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -  
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)  
Brasil  
T +55 11 3886-5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Administradores e Quotistas da  
**Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e para o período compreendido entre 15 de dezembro de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022 (individual), bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e para período de 15 de dezembro de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022 (individual), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfases

### Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente transações financeiras decorrentes de contratos de mútuo. Essas transações foram contratadas em condições definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Apresentação de demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2023

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.2, em razão da recém reorganização societária do Grupo o qual a Companhia pertence, os saldos consolidados de 2023 constituem o primeiro período de divulgação da Companhia e, por essa razão, as demonstrações contábeis consolidadas não apresentam informações comparativas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

## Imobilizado (Nota Explicativa nº 11)

A Companhia está em processo de desenvolvimento das usinas fotovoltaicas por meio de suas investidas e/ou “SPEs” no Brasil. Devido ao número de contratos envolvidos e a relevância desse investimento, esse assunto foi considerado como uma área de risco e, portanto, significativo para nossa auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- exame, através de amostragem, das principais adições de ativo imobilizado ocorridas durante o exercício e sobre saldos iniciais;
- análise da conciliação e respectivos registros auxiliares disponibilizados pela Companhia e realização de testes documentais sobre a base de dados utilizada para suportar os valores registrados e respectivas divulgações;
- avaliação dos controles internos relevantes sobre a análise das premissas utilizadas que envolvem as vidas úteis dos ativos imobilizados;
- recálculo das despesas de depreciação e amortização;
- análise da existência de estudos sobre análise de redução ao valor recuperável e respectivas divulgações, caso aplicável.

Através dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, que suportaram nossos testes, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado (e respectivas divulgações) são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Direito de uso (Nota Explicativa nº 12)

O pronunciamento técnico NBC TG 06 (R2) – Arrendamentos introduziu requerimentos contábeis relevantes para a mensuração e registro do direito de uso de um ativo e passivo de arrendamento, bem como para a sua divulgação. A Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos de terrenos para instalação das usinas fotovoltaicas no Brasil. Devido à complexidade das estimativas e julgamentos envolvidos na determinação do registro das operações de arrendamento, ao número de contratos envolvidos e a relevância das divulgações, esse assunto foi considerado como uma área de risco e, portanto, significativo para a nossa auditoria.

### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise do processo utilizado pela Companhia para captura das informações necessárias para avaliação, mensuração, registro e divulgação dos impactos do citado pronunciamento técnico;
- avaliação das premissas utilizadas, pela Administração da Companhia, na determinação das taxas de desconto e análise de sensibilidade sobre o modelo adotado;
- avaliação dos julgamentos adotados pela Administração da Companhia para as demais premissas utilizadas para adoção e divulgação dos impactos do citado pronunciamento técnico (como estimativa do prazo de arrendamento e determinação dos respectivos valores contratuais para cálculo do direito de uso e passivo de arrendamento);
- análise da conciliação e respectivos registros auxiliares disponibilizados pela Companhia e realização de testes documentais sobre a base de dados utilizada para suportar os valores registrados e respectivas divulgações.

Através dos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas, que suportaram nossos testes, consideramos que a estimativa e mensuração do direito de uso e passivo de arrendamento (e respectivas divulgações) são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e ao período de 15 de dezembro de 2022 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2022 (individual), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Ênfase – Reapresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Conforme Nota Explicativa nº 2.1, em 27 de março de 2024 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que foram reapresentadas para incluir informações adicionais requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tais como a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), nota explicativa sobre segmentos operacionais, análise de sensibilidade e outras divulgações relevantes, cujo relatório está substituído pelo ora emitido. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais ou consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações contábeis das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de novembro de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-025.583/O-1



Rafael Dominguez Barros

Contador CRC 1SP-208.108/O-1

# Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados  
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

## Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	10	-	1.621
Contas a receber de clientes	7	-	-	960
Impostos a recuperar	8	1	-	1.085
Despesas antecipadas	-	-	-	36
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	19
Partes relacionadas	9	97	-	3.753
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>108</b>	<b>-</b>	<b>7.474</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Outros ativos	-	-	-	13
Partes relacionadas	9	43.236	-	442
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>43.236</b>	<b>-</b>	<b>455</b>
Investimento	10	4.836	-	-
Imobilizado líquido	11	3.967	-	108.708
Direito de uso	12	538	-	11.505
<b>Total</b>		<b>9.341</b>	<b>-</b>	<b>120.213</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>52.685</b>	<b>-</b>	<b>128.142</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados  
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

## Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores	-	-	-	4.171
Obrigações tributárias e trabalhistas	-	-	-	138
Outras contas a pagar	-	-	1	-
Partes relacionadas	9	68.176	-	128.008
Passivo de arrendamento	12	11	-	141
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>68.187</b>	<b>1</b>	<b>132.458</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Provisão para perda em investimentos	10	25.510	-	-
Partes relacionadas	9	4.066	-	29.436
Outras contas a pagar	-	-	-	51
Passivo de arrendamento	12	562	-	11.837
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>30.138</b>	<b>-</b>	<b>41.324</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	14	1	-	1
Prejuízos acumulados	14	(129)	(1)	(129)
Transações de capital	14	(45.512)	-	(45.512)
Ajuste de avaliação patrimonial	14	-	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(45.640)</b>	<b>(1)</b>	<b>(45.640)</b>
Participação de não controladores	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>52.685</b>	<b>-</b>	<b>128.142</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.

Demonstrações do resultado individual e consolidado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de 16 dias em 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Receita líquida de vendas	15	-	-	2.648
Custo dos serviços e produtos vendidos	16	(131)	-	(1.657)
<b>Lucro bruto</b>		<b>(131)</b>	<b>-</b>	<b>991</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	17	(19)	-	(1.103)
Despesas tributárias	-	(1)	(1)	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	10	26	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	-	(13)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(125)</b>	<b>(1)</b>	<b>(126)</b>
Receitas financeiras	18	4	-	63
Despesas financeiras	18	(7)	-	(56)
<b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>7</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(128)</b>	<b>(1)</b>	<b>(119)</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	19	-	-	(9)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	19	-	-	-
<b>Resultado do exercício</b>		<b>(128)</b>	<b>(1)</b>	<b>(128)</b>
<b>Resultado abrangente atribuível a</b>				
Controladores		(128)	(1)	(128)
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício por ação (em R\$)</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de 16 dias em 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(128)</b>	<b>(1)</b>	<b>(128)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(128)</b>	<b>(1)</b>	<b>(128)</b>
<b>Resultado abrangente atribuível a</b>			
Controladores	-	-	-
Não controladores	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de 16 dias em 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores				
	Capital social		Transações de capital	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores
	Subscrito	A integralizar			
Subscrição de capital social	1	(1)	-	(1)	(1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>
Integralização de capital social	-	1	-	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	-	(128)	(128)
Transações entre acionistas	-	-	(45.512)	-	(45.512)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>(45.512)</b>	<b>(129)</b>	<b>(45.640)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa individual e consolidado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de 16 dias em 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(128)</b>	<b>(1)</b>	<b>(128)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro/(prejuízo) do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais</b>			
Depreciação e amortização	129	-	1.290
Amortização de arrendamento	2	-	13
Juros de arrendamento	4	-	31
Resultado com equivalência patrimonial	(26)	-	-
<b>Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro</b>	<b>(19)</b>	<b>(1)</b>	<b>1.206</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber de clientes	-	-	(960)
Impostos a recuperar	-	-	(1.085)
Despesas antecipadas	-	-	(36)
Adiantamento a fornecedores	-	-	(19)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>			
Fornecedores	-	-	4.171
Obrigações tributárias e trabalhistas	-	-	138
Redução/aumento em outras contas a pagar	28	-	37
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>9</b>	<b>(1)</b>	<b>3.452</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital social	1	-	1
Partes relacionadas	-	1	(1.644)
Pagamento de arrendamento	-	-	(188)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>(1.831)</b>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>1.621</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	-	1.621
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>1.621</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda.

Demonstrações do valor adicionado individual e consolidado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de 16 dias em 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
<b>Receitas</b>			
Vendas de produtos e serviços	-	-	2.923
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.923</b>
<b>Insumo adquiridos de terceiros</b>			
Custo venda de produtos e serviços	-	-	(367)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20)	(1)	(1.117)
	<b>(20)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1.484)</b>
<b>Valor adicional bruto</b>	<b>(20)</b>	<b>(1)</b>	<b>1.439</b>
Depreciação e amortização	(131)		(1.290)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela sociedade</b>	<b>(151)</b>	<b>(1)</b>	<b>149</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	26	-	-
Receitas financeiras	4	-	63
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(121)</b>	<b>(1)</b>	<b>212</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
Impostos, taxas e contribuições	-	-	284
Remuneração de capitais de terceiros	7	-	56
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Prejuízo do período	(128)	(1)	(128)
Participação dos não controladores nos prejuízos acumulados	-	-	-
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>(121)</b>	<b>(1)</b>	<b>212</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Faro Energy Projetos Solares Holding IV Ltda. (“Holdco IV” ou “Companhia”) foi constituída em 15 de dezembro de 2022 e possui sua sede em São Paulo. A Holdco IV junto com suas controladas (em conjunto denominadas “Grupo”), tem em seu modelo de negócio o desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Aneel 482/2012, e nesse modelo, o investimento, operação e manutenção dos ativos fotovoltaicos são feitos integralmente pelas investidas da Holdco IV que também fazem o gerenciamento de seus clientes junto ao sistema de compensação de energia elétrica, com a alocação dos créditos de energia gerados pelas respectivas usinas solares junto às concessionárias distribuidoras de energia elétrica locais, oferecendo, assim, economia substancial para seus clientes com os custos de energia.

A Companhia exerce o controle das seguintes sociedades de propósito específico (“Investidas” ou “SPEs”) conforme quadro a seguir:

Sociedades	Participação direta	
	2023	2022
Faro Olinda Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	100,0000%	-
Faro Praia do Futuro Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	100,0000%	-
Faro Energy Participações Ltda.	100,0000%	-
Faro Colares Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-
Faro Capitania Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-
Faro Tamandaré Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-
Faro Titan Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-
Faro Conchas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-
Faro Conceição Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-
Faro Mangue Seco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-
Faro Trápia Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-
Faro Ubatuba Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-
Faro Itaúna Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-
Faro Trindade Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-

Sociedades	Participação indireta	
	2023	2022
UFV MG II Equipamentos Fotovoltaicos	100,0000%	-
UFV MG III Equipamentos Fotovoltaicos	100,0000%	-

#### 1.1. Situação financeira e planos da Administração

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em R\$ 68.079 (negativo em R\$ 1 em 31 de dezembro de 2022) e o consolidado apresenta capital circulante líquido negativo em R\$ 124.894 negativo. O passivo a descoberto é R\$ 45.640 em 2023 e R\$ 1 em 2022. Como parte do plano estratégico, as investidas têm contratos de longo prazo com um cliente de grande porte e iniciou suas operações de forma regular no final de 2020, dessa forma, os resultados financeiros serão equilibrados pelas receitas operacionais de locação, sublocação e de operação e manutenção das usinas fotovoltaicas, e pelas receitas de serviços prestados de gerenciamento dos projetos.

A previsão da receita operacional no curto e médio prazo será suficiente para que o Grupo tenha continuidade e consiga arcar com todas as suas obrigações.

O Grupo mantém empréstimos com seus quotistas, os empréstimos *intercompany* foram firmados como modo primário de financiamento dos empreendimentos/ativos e poderão, se necessário, serem convertidos em investimento direto mediante a emissão de novas ações com conversão dos empréstimos em capital social.

## **1.2. Reorganização societária**

Em 30 de setembro de 2023, como efeito da reorganização societária para futura operação de financiamento, foram transferidas as seguintes SPEs para a Companhia: **(a)** Faro Capitania Locação e Solução em Energia Solar Ltda.; **(b)** Faro Colares Locação e Solução em Energia Solar Ltda.; **(c)** Faro Conceição Locação e Solução em Energia Solar Ltda.; **(d)** Faro Conchas Locação e Solução em Energia Solar Ltda.; **(e)** Faro Mangue Seco Locação e Solução em Energia Solar Ltda.; **(f)** Faro Olinda Locação e Solução em Energia Solar Ltda.; **(g)** Faro Praia do Futuro Locação e Solução em Energia Solar Ltda.; **(h)** Faro Tamandaré Locação e Solução em Energia Solar Ltda.; **(i)** Faro Titan Locação e Solução em Energia Solar Ltda.; e **(j)** Faro Energy Participações Ltda. Além da movimentação das SPEs, a reorganização também afetou alguns projetos que foram transferidos para outras SPEs controladas pela Companhia, são eles: Ponta da Pedra 1, Ponta do Céu 1, Ponta do Mato 2, Ilha das Palmas 20, Ilha das Palmas 21, Praia Grande 8.

## **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a aprovação da Diretoria da Companhia, em 01 de novembro de 2024.

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pela Companhia. Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias foram elaborados com políticas e práticas contábeis uniformes.

### **2.2. Base de consolidação**

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

#### **Controladas**

O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia.

Os saldos de ativos, passivos, receitas, despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

## **Transações e participações de minoritários**

As transações com participações de não-controladores são apresentadas em grupo distinto no balanço patrimonial, imediatamente após o patrimônio líquido, quando o reflexo de operações originalmente registradas neste grupo e em linha distinta nas demonstrações do resultado do exercício, no caso de operações que afetam o resultado.

### **2.3 Demonstração dos resultados abrangentes (DRA)**

De acordo com o CPC 26 R1 – Apresentação das demonstrações contábeis, a demonstração do resultado abrangente é composta pelos totais do resultado do período e outros resultados abrangentes.

### **2.4. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

### **2.5. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

A Demonstração de Valor Adicionado (DVA) é apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis que a Companhia deve divulgar. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base para a preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

### **2.6. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a qual é a moeda funcional do Grupo. Todas as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

## **3. Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis foram:

### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa do Grupo compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

### **3.2. Contas a receber de clientes**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo. As contas a receber são reconhecidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

O Grupo efetuou a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em informações históricas de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

O cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) não resultou em valores relevantes, razão pela qual não foram contabilizados ajustes correspondentes.

### **3.3. Instrumentos financeiros**

#### **3.3.1. Ativos financeiros**

##### **Reconhecimento e mensuração**

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

##### **Desreconhecimento**

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### **3.3.2. Passivos financeiros**

##### **Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

## **Desreconhecimento**

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

## **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **3.4. Imobilizado**

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para o Grupo. Todos os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil econômica estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

A depreciação dos itens ligados às usinas de energia é calculada utilizando a taxa de 10% ao ano.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

## **3.5. Direito de uso e passivos de arrendamento**

Durante 2022, o Grupo adotou o CPC 06 (R2) Arrendamentos, que substitui as regras de leasing existentes por uma medição abrangente de leasing e padrão de reconhecimento e requisitos de divulgação expandidos.

O CPC 06 (R2) exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos em seus balanços patrimoniais como passivos, com os correspondentes ativos de “direito de uso”. Para fins de reconhecimento da demonstração do resultado, os arrendamentos são classificados como arrendamento financeiro ou operacional sem depender de testes de linha brilhante.

O Grupo avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo arrenda os terrenos para instalação de seus equipamentos fotovoltaicos e tais aluguéis são negociados individualmente e possuem diversos termos e condições. Como arrendatário, o Grupo, ao determinar o prazo exequível do arrendamento, considera todos os fatos e circunstâncias que criem um incentivo econômico para exercer a opção de prorrogação, ou criem desestímulos econômicos para não exercer a opção de rescisão antecipada.

### **Ativos de direito de uso**

Os arrendamentos são reconhecidos como um direito de uso do bem e um correspondente passivo na data em que o bem arrendado se torna disponível para o Grupo. O direito de usar o ativo é mensurado ao custo que consiste em:

- Valor inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial;
- Custos de restauração.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado linearmente desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso do arrendamento reflete que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente, que é determinada com base na duração do contrato.

### **Passivo de arrendamento**

O passivo do arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados à taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa incremental de empréstimos do Grupo.

O passivo de arrendamento considera o valor presente líquido dos seguintes pagamentos de arrendamento:

- Pagamentos fixos descontando quaisquer incentivos recebidos;
- Pagamentos variáveis com base em taxas ou índices;
- Valores esperados a pagar ao arrendador pelo valor residual garantido;
- Preço de exercício de uma opção de compra se for razoavelmente certo que o arrendatário exercerá tal opção;
- Pagamentos de penalidades por rescisão do arrendamento se os termos contratuais refletirem a opção de exercício do arrendatário.

A taxa incremental considerada pelo Grupo foi de 8% ao ano, tendo sido determinada com base na taxa de retorno preferencial dos acionistas, a partir da reorganização societária, documentada em ata de alteração do contrato de sociedade.

### **3.6. Fornecedores**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios do Grupo.

### **3.7. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, variação monetária e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

### **3.8. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nesses casos, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, quando aplicável, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a entidade atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. São reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal, dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

### **3.9. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Obrigação legal é a que deriva de contrato com termos explícitos ou implícitos, legislação ou outra ação da lei.

Provisão contingente é uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade e, portanto, não é contabilizada, mas somente divulgada.

Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle do Grupo e, portanto, não é contabilizado, mas somente divulgado caso o valor seja considerado material. O ativo contingente somente é contabilizado quando for praticamente certo que representará um fluxo financeiro à Companhia.

### **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes.

Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. O Grupo avalia periodicamente o efeito deste procedimento nas demonstrações contábeis.

### **3.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes**

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. O Grupo e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

### **3.12. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### **3.13. Reconhecimento de receita**

O Grupo adotou o CPC 47, Receita de Contratos com Clientes, e todas as alterações relacionadas (“CPC 47”), o Grupo avalia as obrigações prometidas em seus contratos com clientes e identifica uma obrigação de desempenho para cada promessa de transferência de bens ou serviços. Para identificar as obrigações de desempenho, o Grupo considera todas as promessas contratuais, expressas ou implícitas, com base nas práticas comerciais habituais. A receita é reconhecida quando uma obrigação de desempenho é satisfeita pela transferência do controle dos bens ou serviços prometidos aos clientes, o que pode ocorrer ao longo do tempo ou em um determinado momento.

A receita é mensurada por um valor que reflete o retorno ao qual se espera ter direito e é baseada em um modelo detalhado de cinco etapas a seguir: **(i)** identificação do contrato; **(ii)** identificação das obrigações e desempenho; **(iii)** determinação do preço da operação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e **(v)** reconhecimento da receita.

### **3.14. Reconhecimento de custos e despesas**

Os custos e as despesas são apurados e reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, ou seja, quando incorridos. Receitas, custos, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos respectivos impostos.

### **3.15. Receitas e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos, obedecendo ao regime de competência.

### **3.16. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras (substancialmente dólar) na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

### **3.17. Lucro por ação**

Calculado com base na quantidade de ações na data do balanço.

## **4. Estimativas e premissas financeiras significativas**

Na aplicação das práticas financeiras, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas financeiras são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas financeiras:

### **4.1. Redução ao valor recuperável de ativos**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

### **4.2. Perdas esperadas sobre contas a receber**

As perdas esperadas são constituídas, quando aplicável, para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada.

A Companhia estimou a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

### **4.3. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

### **4.4. Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### **4.5. Reconhecimento da receita**

O reconhecimento de receita segue os princípios estabelecidos pelo padrão contábil aplicável, considerando o momento em que os serviços e produtos oferecidos pela empresa são transferidos para o cliente, com os benefícios e riscos inerentes. O critério de reconhecimento se baseia na transferência de controle, seja ao longo do tempo ou em um momento específico, dependendo da natureza dos produtos ou serviços e dos termos contratuais com o cliente.

Ao determinar a receita, utiliza-se de premissas e estimativas para determinar o valor da contraprestação que se espera receber em troca da prestação de serviços. Esse valor inclui ajustes de acordo com variações de preço, descontos, e outras condições acordadas com o cliente. Nos casos em que a transação envolve múltiplos elementos (como bens e serviços combinados), o valor é distribuído entre cada componente de maneira proporcional, baseada no valor justo de mercado individual de cada item.

### **5. Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente**

Novos CPCs, revisões dos CPCs e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC) em vigor no exercício corrente.

Os pronunciamentos contábeis a seguir listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações contábeis.

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, destacamos as alterações a seguir:

- CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021);
- Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações contábeis e IFRS Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade;
- Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação;
- Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do modelo do pilar dois **(i)**;
- Alterações à IAS 8 – Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros – Definição de estimativas contábeis.

**(i)** Na data de divulgação do modelo de demonstração financeira, a regra do modelo do Pilar Dois estava sob avaliação dos reguladores brasileiros, dessa forma, as alterações não foram refletidas no CPC correspondente.

Novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto;
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) Classificação do passivo como circulante ou não circulante;
- Alterações à IAS 1 Passivo não circulante com covenants;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de financiamento de fornecedores; e
- Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “*sale and leaseback*”.

O Grupo avaliou as alterações e não identificou impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Aplicações financeiras (i)	10	1.621
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>1.621</b>

(i) O saldo compreende os depósitos em conta corrente e de aplicações financeiras disponíveis para uso imediato, em instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito, e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo. As aplicações financeiras têm sua rentabilidade média sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.1.

**7. Clientes a receber de clientes**

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela locação das usinas fotovoltaicas e estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado
	31/12/2023
Clientes a faturar (i)	960
<b>Total</b>	<b>960</b>

(i) O saldo de contas a receber de serviços a faturar reflete os serviços já prestados, medidos por meio de controle de ordem de serviços na plataforma de operações, e que serão, em período subsequente, regularmente faturados.

A composição do saldo com base nos vencimentos é demonstrada a seguir:

	Consolidado
	31/12/2023
<b>A vencer</b>	<b>960</b>

Em 31 de dezembro de 2023, não há saldos referentes à AVP sobre as contas a receber de clientes, pois não possui nenhum saldo a receber acima de seis meses e, adicionalmente, não há provisão para perdas esperadas pelo fato de não haver saldos vencidos.

**8. Impostos a recuperar**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Saldo negativo de IRPJ	1	168
Saldo negativo de CSLL	-	28
PIS a recuperar	-	158
Cofins a recuperar	-	719
Impostos pagos a maior	-	12
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1.085</b>

(i) PIS e a Cofins a recuperar são oriundos das aquisições de ativos imobilizados relacionados as Usinas de Energia Solar, quando a usina entra em operação, o crédito de PIS e Cofins é diretamente lançado para o imposto a recuperar e o Grupo faz a utilização de acordo com o débito gerado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9. Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas nacionais se referem a movimentações financeiras entre as companhias para o pagamento das despesas operacionais, com prazo médio de liquidação em até 24 meses.

**9.1. Remuneração de diretores e administradores**

Não ocorreu deliberação sobre remuneração a ser concedida a diretoria, uma vez que o Grupo faz parte da Faro Energy Renováveis Participações S.A., na qual possui diversos outros negócios, e possui uma Administração compartilhada.

A Administração não possui outros benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos.

**9.2. Principais saldos e operações**

As principais transações de partes relacionadas referem-se à mútuos entre as empresas do Grupo e suas controladas no qual tem características de transações de conta corrente entre as empresas. Tais contratos e/ou acordos possuem vencimentos em 02 anos em média e são reajustados com base na taxa de 100% da variação acumulada DI, mais juros de 3,7% a.a.

Descrição	Ativo	
	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Colares	16.756	-
Olinda	9.461	-
Capitania	7.854	-
Praia do Futuro	6.422	-
Titan	2.632	-
Ubatuba	89	-
Tamandaré	35	-
Conchas	23	-
Conceição	23	-
Trapia	13	-
Mangue Seco	15	-
Faro Energy Desenvolvimento (FED)	8	3.750
Faro Energy Renováveis Participações S.A. (FERP)	2	2
Ilha do Mel	-	439
Ponta do Mato	-	4
<b>Total</b>	<b>43.333</b>	<b>4.195</b>
Circulante	97	3.753
<b>Não circulante</b>	<b>43.236</b>	<b>442</b>

Descrição	Passivo	
	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Faro Energy Renováveis Participações S.A. (FERP)	68.177	122.666
Rio do Fogo	-	5
Ponta da Pedra	-	3.518
Ponta do Mato	-	6.743
FEHO	-	1
Faro Energy Desenvolvimento (FED)	-	5.087
Holdco I	-	249
Nazaré	-	9.681

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Passivo	
	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Santana	-	5.427
Ponta do Céu	4.065	4.067
<b>Total</b>	<b>72.242</b>	<b>157.444</b>
Circulante	68.176	128.008
<b>Não circulante</b>	<b>4.066</b>	<b>29.436</b>

**9.3. Movimentação dos saldos ativos**

	Controladora	
	Saldo incorporado (i)	Saldo em 31/12/2023
Colares	16.756	<b>16.756</b>
Olinda	9.461	<b>9.461</b>
Capitania	7.854	<b>7.854</b>
Praia do Futuro	6.422	<b>6.422</b>
Titan	2.632	<b>2.632</b>
Ubatuba	89	<b>89</b>
Tamandaré	35	<b>35</b>
Conchas	23	<b>23</b>
Conceição	23	<b>23</b>
Trapia	13	<b>13</b>
Mangue Seco	15	<b>15</b>
Faro Energy Desenvolvimento (FED)	8	<b>8</b>
Faro Energy Renováveis Participações S.A. (FERP)	2	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>43.333</b>	<b>43.333</b>

	Consolidado		
	Aportes/ (recebimentos)	Saldo incorporado (i)	Saldo em 31/12/2023
Faro Energy Desenvolvimento (FED)	1.905	<b>1.845</b>	<b>3.750</b>
Faro Energy Renováveis Participações S.A. (FERP)	2	-	<b>2</b>
Ilha do Mel	-	<b>439</b>	<b>439</b>
Ponta do Mato	-	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>Total</b>	<b>1.907</b>	<b>2.288</b>	<b>4.195</b>

(i) O efeito líquido de saldo incorporado que não afetaram caixa em 2023 foram: Consolidado de R\$ 2.288.

#### 9.4. Movimentação dos saldos passivos

	Controladora			
	Saldo incorporado (i)	Transações de capital (Saldo incorporado) (i)	Cessão de mútuo	Saldo em 31/12/2023
Faro Energy Renováveis Participações S.A. ("FERP")	43.366	-	24.811	<b>68.177</b>
Rio do Fogo	-	-	-	-
Ponta da Pedra	-	-	-	-
Ponta do Mato	-	-	-	-
FEHO	-	-	-	-
Faro Energy Desenvolvimento ("FED")	-	-	-	-
Holdco I	(20.701)	45.512	(24.811)	-
Nazaré	-	-	-	-
Santana	-	-	-	-
Ponta do Céu	4.065	-	-	<b>4.065</b>
<b>Total</b>	<b>26.730</b>	<b>45.512</b>	-	<b>72.242</b>

	Consolidado				
	Aportes/ (pagamentos)	Saldo incorporado (i)	Transações de capital	Cessão de mútuo	Saldo em 31/12/2023
Faro Energy Renováveis Participações S.A. (FERP)	263	<b>97.592</b>	-	24.811	<b>122.666</b>
Rio do Fogo	-	<b>5</b>	-	-	<b>5</b>
Ponta da Pedra	-	<b>3.518</b>	-	-	<b>3.518</b>
Ponta do Mato	-	<b>6.743</b>	-	-	<b>6.743</b>
FEHO	-	<b>1</b>	-	-	<b>1</b>
Faro Energy Desenvolvimento (FED)	-	<b>5.087</b>	-	-	<b>5.087</b>
Holdco I	-	<b>(20.452)</b>	45.512	(24.811)	<b>249</b>
Nazaré	-	<b>9.681</b>	-	-	<b>9.681</b>
Santana	-	<b>5.427</b>	-	-	<b>5.427</b>
Ponta do Céu	-	<b>4.067</b>	-	-	<b>4.067</b>
<b>Total</b>	<b>263</b>	<b>111.669</b>	<b>45.512</b>	-	<b>157.444</b>

(i) O efeito líquido de saldo incorporado que não afetaram caixa em 2023 foram: Controladora de R\$ 72.242 e Consolidado de R\$ 111.669.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10. Investimentos**

Os saldos e as informações dos investimentos mantidos pela controladora estão detalhados a seguir:

**10.1. Composição dos investimentos**

	% de	Controladora	
	participação	31/12/2023	31/12/2022
Faro Olinda Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	100,0000%	2.711	-
Faro Praia do Futuro Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	100,0000%	2.125	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>4.836</b>	<b>-</b>
Faro Energy Participações Ltda.	100,0000%	(24.879)	-
Faro Colares Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	(258)	-
Faro Capitania Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	(266)	-
Faro Tamandaré Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	(25)	-
Faro Titan Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	(19)	-
Faro Conchas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	(17)	-
Faro Conceição Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	(17)	-
Faro Mangue Seco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	(15)	-
Faro Trapia Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	(9)	-
Faro Ubatuba Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	(5)	-
Faro Itaúna Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-	-
Faro Trindade Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	99,9000%	-	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>(25.510)</b>	<b>-</b>
<b>Saldo líquido de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>(20.674)</b>	<b>-</b>

**10.2. Movimento dos investimentos**Todos os investimentos foram adquiridos de outras *holdings* do mesmo grupo econômico.

Investida	Saldo incorporado (i)	Equivalência patrimonial	31/12/2023
Faro Olinda Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	2.920	(209)	2.711
Faro Praia do Futuro Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	2.143	(18)	2.125
Faro Energy Participações Ltda.	(25.273)	394	(24.879)
Faro Colares Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	(217)	(41)	(258)
Faro Capitania Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	(211)	(55)	(266)
Faro Tamandaré Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	(20)	(5)	(25)
Faro Titan Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	(10)	(9)	(19)
Faro Conchas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	(13)	(4)	(17)
Faro Conceição Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	(10)	(7)	(17)
Faro Mangue Seco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	(10)	(5)	(15)
Faro Trapia Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	-	(9)	(9)
Faro Ubatuba Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	1	(6)	(5)
<b>Total de participações societárias</b>	<b>(20.700)</b>	<b>26</b>	<b>(20.674)</b>

(i) O efeito líquido de saldo incorporado que não afetaram caixa em 2023 foram: Controladora de R\$ 20.700.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10.3. Informações sobre as empresas investidas**

Investida	Patrimônio			
	Ativos 31/12/2023	Passivos 31/12/2023	Líquido 31/12/2023	Resultado 31/12/2023
Faro Olinda Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	17.323	14.612	2.711	(209)
Faro Praia do Futuro Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	8.973	6.848	2.125	(18)
Faro Energy Participações Ltda.	30.545	55.424	(24.879)	396
Faro Colares Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	34.406	34.664	(258)	(41)
Faro Capitania Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	8.554	8.820	(266)	(55)
Faro Tamandaré Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	19	44	(25)	(5)
Faro Titan Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	3.378	3.397	(19)	(9)
Faro Conchas Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	1.169	1.186	(17)	(4)
Faro Conceição Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	6	23	(17)	(7)
Faro Mangue Seco Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	3	18	(15)	(5)
Faro Trapia Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	4	13	(9)	(10)
Faro Ubatuba Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	11.573	11.578	(5)	(7)
Faro Trapia Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	7.252	7.252	-	-
Faro Ubatuba Locação e Soluções em Energia Solar Ltda.	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>123.205</b>	<b>143.879</b>	<b>(20.674)</b>	<b>26</b>

**11. Imobilizado**

Os valores de custo, depreciação acumulada e as taxas médias anuais de depreciação dos bens do imobilizado estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora			
	Taxa	Custo	(-) Depreciação	Saldo líquido em 2023
Holdco IV	10,00%	5.213	(1.246)	3.967
<b>Total</b>	-	<b>5.213</b>	<b>(1.246)</b>	<b>3.967</b>

Descrição	Consolidado			
	Taxa	Custo	(-) Depreciação	Saldo líquido em 2023
Holdco IV	10,00%	5.213	(1.246)	3.967
UFV MG II	10,00%	20.109	(7.353)	12.756
UFV MG III	10,00%	20.472	(6.648)	13.824
Praia do Futuro	10,00%	8.031	-	8.031
Olinda	10,00%	17.305	(1.079)	16.226
Colares	10,00%	30.736	-	30.736
Capitania	10,00%	8.305	-	8.305
Titan	10,00%	3.030	-	3.030
Conchas	10,00%	96	-	96
Tamandaré	10,00%	9	-	9
Ubatuba	10,00%	7.412	-	7.412
Itaúna	10,00%	4.316	-	4.316
<b>Total</b>	-	<b>125.034</b>	<b>(16.326)</b>	<b>108.708</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As movimentações do ativo imobilizado do Grupo estão detalhadas a seguir:

Descrição	Taxa	Controladora			Saldo líquido em 2023
		Adições (i) (Saldo incorporado)	Baixas (i) (Saldo incorporado)	(-) Depreciação	
Holdco IV	10,00%	4.237	(141)	(129)	<b>3.967</b>
<b>Total</b>	-	<b>4.237</b>	<b>(141)</b>	<b>(129)</b>	<b>3.967</b>

Descrição	Taxa	Consolidado				Saldo líquido em 2023
		Adições (i) (Saldo incorporado)	Baixas (i) (Saldo incorporado)	(-) Depreciação	Incorporação de investimento (i)	
Holdco IV	10,00%	4.237	(141)	(129)	-	<b>3.967</b>
UFV MG II	10,00%	(64)	-	(503)	13.323	<b>12.756</b>
UFV MG III	10,00%	-	-	(507)	14.331	<b>13.824</b>
Praia do Futuro	10,00%	(66)	-	-	8.097	<b>8.031</b>
Olinda	10,00%	390	-	(151)	15.987	<b>16.226</b>
Colares	10,00%	12.092	-	-	18.644	<b>30.736</b>
Capitania	10,00%	59	-	-	8.246	<b>8.305</b>
Titan	10,00%	2.443	-	-	587	<b>3.030</b>
Conchas	10,00%	96	-	-	-	<b>96</b>
Tamandaré	10,00%	-	-	-	9	<b>9</b>
Ubatuba	10,00%	7.667	(256)	-	1	<b>7.412</b>
Itaúna	10,00%	-	-	-	4.316	<b>4.316</b>
<b>Total</b>	-	<b>26.854</b>	<b>(397)</b>	<b>(1.290)</b>	<b>83.541</b>	<b>108.708</b>

(i) O efeito líquido de saldo incorporado que não afetaram caixa em 2023 foram: Controladora de R\$ 4.096 e Consolidado de R\$ 109.998.

**12. Direito de uso****12.1. Composição e movimentação do ativo**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Direito de uso	575	11.921
Amortização acumulada	(37)	(416)
<b>Total</b>	<b>538</b>	<b>11.505</b>

A movimentação do ativo de arrendamento mercantil do Grupo no exercício de 2023 está detalhada a seguir:

Contrato	Taxa	Controladora		31/12/2023
		Adições (i) (Saldo incorporado)	Depreciação	
Ponta do Céu I e V	8,00%	540	(2)	538
<b>Total</b>		<b>540</b>	<b>(2)</b>	<b>538</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Consolidado			
	Taxa	Adições (i) (Saldo incorporado)	Depreciação	31/12/2023
Ponta do Céu I e V	8,00%	540	(2)	538
Praia Grande III, IV e VIII	8,00%	1.754	-	1.754
Ilha Das Palmas XX e XXI	8,00%	1.718	-	1.718
Jaíba	8,00%	426	(4)	422
Janaúba	8,00%	637	(6)	631
Rio do Fogo II	8,00%	226	-	226
Ponta da Pedra I	8,00%	282	(1)	281
Olinda I	8,00%	476	-	476
Olinda I - Compensação ambiental	8,00%	306	-	306
Ponta do Mato IV	8,00%	831	-	831
Ponta do Mato II	8,00%	793	-	793
Colares V	8,00%	1.458	-	1.458
Colares II	8,00%	543	-	543
Rio Do Fogo III	8,00%	220	-	220
Morro Branco VIII	8,00%	240	-	240
Ilha Do Mel XVII	8,00%	1.068	-	1.068
<b>Total</b>	-	<b>11.518</b>	<b>(13)</b>	<b>11.505</b>

(i) O efeito líquido de saldo incorporado que não afetaram caixa em 2023 foram: Controladora de R\$ 540 e Consolidado de R\$ 11.518.

**12.2. Composição e movimentação do passivo**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Passivo de arrendamento curto prazo	11	141
Passivo de arrendamento longo prazo	562	11.837
<b>Total</b>	<b>573</b>	<b>11.978</b>

Contrato	Controladora				
	Valor contratual	Data da adoção	Juros a.a.	Data final	31/12/2023
Ponta do Céu I e V	2.024	Janeiro de 2022	8,00%	Abril de 2050	573
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>573</b>
Circulante	-	-	-	-	11
<b>Não circulante</b>	-	-	-	-	<b>562</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contrato	Consolidado				
	Valor contratual	Data da adoção	Juros a.a.	Data final	31/12/2023
Ponta do Céu I e V	2.024	Janeiro de 2022	8,00%	Abril de 2050	573
Praia Grande III, IV e VIII	1.819	Janeiro de 2022	8,00%	Abril de 2050	1.819
Ilha das Palmas XX e XXI	1.744	Janeiro de 2022	8,00%	Abril de 2050	1.744
Jaiba	448	Janeiro de 2022	8,00%	Abril de 2050	448
Janauba	676	Janeiro de 2022	8,00%	Abril de 2050	676
Rio do Fogo II	518	Janeiro de 2022	8,00%	Novembro de 2049	232
Ponta da Pedra I	721	Janeiro de 2022	8,00%	Julho de 2049	299
Olinda I	1.224	Setembro de 2022	8,00%	Abril de 2050	508
Olinda I - Compensação ambiental	320	Setembro de 2022	8,00%	Abril de 2050	320
Ponta do Mato IV	1.098	Fevereiro de 2022	8,00%	Novembro de 2050	916
Ponta do Mato II	963	Janeiro de 2022	8,00%	Novembro de 2050	868
Colares V	1.476	Janeiro de 2022	8,00%	Novembro de 2050	1.476
Colares II	556	Janeiro de 2022	8,00%	Novembro de 2050	556
Rio do Fogo III	504	Fevereiro de 2022	8,00%	Novembro de 2049	232
Morro Branco VIII	242	Fevereiro de 2022	8,00%	Novembro de 2049	242
Ilha do Mel XVII	1.069	Fevereiro de 2022	8,00%	Novembro de 2049	1.069
<b>Total</b>	-	-	-	-	<b>11.978</b>
Circulante	-	-	-	-	141
<b>Não circulante</b>	-	-	-	-	<b>11.837</b>

Contrato	Controladora		
	Adições (i) (Saldo incorporado)	Juros apropriados	31/12/2023
Ponta do Céu I e V	569	4	573
<b>Total</b>	<b>569</b>	<b>4</b>	<b>573</b>

Contrato	Consolidado			
	Adições (i) (Saldo incorporado)	Pagamentos	Juros apropriados	31/12/2023
Ponta do Céu I e V	569	-	4	573
Praia Grande III, IV e VIII	1.819	-	-	1.819
Ilha Das Palmas XX e XXI	1.784	(40)	-	1.744
Jaiba	449	(10)	9	448
Janauba	678	(15)	13	676
Rio do Fogo II	237	(5)	-	232
Ponta da Pedra I	301	(7)	5	299
Olinda I	522	(14)	-	508
Olinda I - Compensação ambiental	325	(5)	-	320
Ponta do Mato IV	940	(24)	-	916
Ponta do Mato II	880	(12)	-	868
Colares V	1.508	(32)	-	1.476
Colares II	562	(6)	-	556
Rio do Fogo III	237	(5)	-	232
Morro Branco VIII	247	(5)	-	242
Ilha do Mel XVII	1.077	(8)	-	1.069
<b>Total</b>	<b>12.135</b>	<b>(188)</b>	<b>31</b>	<b>11.978</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(i) O efeito líquido de saldo incorporado que não afetaram caixa em 2023 foram: Controladora de R\$ 569 e Consolidado de R\$ 12.135.**

A movimentação e cronograma de vencimento do passivo de arrendamento mercantil do Grupo no exercício de 2023 está detalhada a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
	31/12/2023	31/12/2023
Até 01 ano	11	141
Acima de 01 a 03 anos	18	377
Acima de 03 a 05 anos	21	437
Acima de 05 anos	523	11.023
<b>Total</b>	<b>573</b>	<b>11.978</b>

**13. Contingências**

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não estava envolvido em nenhum processo de qualquer natureza.

**14. Patrimônio líquido****14.1 Capital social**

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito, totalmente integralizado, era de R\$ 1 dividido em 1.000 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em 15 de dezembro de 2022, foi constituído o capital social da empresa no valor de R\$ 1.000, totalizando 1.000 cotas.

A composição do capital está demonstrada a seguir:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Participação	Quotas	Participação	Quotas
Faro Energy Renováveis S.A.	99,99%	999	99,99%	999
Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda.	0,01%	1	0,01%	1
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>1.000</b>	<b>100%</b>	<b>1.000</b>

**14.2. Lucros acumulados**

Os lucros apurados ao final de cada exercício, após a dedução dos impostos devidos, poderão ser distribuídos entre os sócios-quotistas na proporção a ser determinada na reunião conjunta dos sócios, mediante crédito em conta particular de cada sócio quotista, ou poderão permanecer na conta de lucros acumulados.

O Grupo não apurou lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, dessa forma, não há destinação.

**14.3. Transações de capital**

São contabilizados nessa rubrica os valores oriundos das mudanças nas participações da controladora sobre uma controlada e que não resultem na perda de controle. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação da controladora e o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas participações relativas das partes na controlada, sendo que, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor contábil da variação da participação reconhecida, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora, e não como resultado.

## 15. Receita líquida

A principal fonte de receita do Grupo decorre da operação de locação de usina solar conforme a seguir:

	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2023</b>
<b>Receita bruta</b>	
Receita de locação de equipamentos	2.805
Receita de sublocação de equipamentos	31
Receitas de O&M	87
<b>Total</b>	<b>2.923</b>
<b>Deduções à receita bruta</b>	
(-) PIS	(48)
(-) Cofins	(222)
(-) ISS	(5)
<b>Total</b>	<b>(275)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.648</b>

## 16. Custos dos serviços e produtos vendidos

Os custos referentes à locação das usinas solares são assim demonstrados:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2023</b>
Depreciações	(129)	(1.290)
Serviços de O&M	-	(287)
Depreciação de arrendamento	(2)	(13)
Segurança e vigilância	-	(1)
Seguros gerais	-	(28)
Internet	-	(17)
Software	-	(15)
Arrendamento de terras	-	(4)
Outros	-	(2)
<b>Total</b>	<b>(131)</b>	<b>(1.657)</b>

## 17. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas alocadas são assim demonstradas:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2023</b>
Compartilhamento de despesas <b>(i)</b>	-	(808)
Serviços tomados de terceiros	(19)	(229)
Societário	-	(27)
Software	-	(16)
Viagens e estadias	-	(13)
Outros	-	(8)
Despesas diversas	-	(2)
<b>Total</b>	<b>(19)</b>	<b>(1.103)</b>

**(i)** Trata-se do compartilhamento de despesas operacionais incorridas pela Faro Energy Desenvolvimento e Locações de Projetos Ltda. (FED) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que começaram a ser rateadas entre as empresas operacionais do Grupo.

## 18. Receitas e (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023		31/12/2023
<b>Receitas financeiras</b>			
Rendimento de aplicação financeira	4		16
(-) Cofins sobre receita financeira	-		(2)
Demais juros	-		49
<b>Total</b>	<b>4</b>		<b>63</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Juros sobre passivo de arrendamento	(4)		(31)
Despesas bancárias	(3)		(21)
Juros passivos	-		(4)
<b>Total</b>	<b>(7)</b>		<b>(56)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(3)</b>		<b>7</b>

## 19. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(128)	(1)	(119)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%
<b>Expectativa de IRPJ e CSLL</b>	<b>44</b>	<b>-</b>	<b>40</b>
<b>Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva</b>			
Resultado de equivalência patrimonial	9	-	-
Impostos diferidos não contabilizados sobre prejuízo fiscal	(53)	-	(49)
<b>Imposto de renda e contribuição social apurados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9)</b>
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(9)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-8%</b>

Findo exercício em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo possuía prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social incluindo a parcela cujos efeitos tributários não foram reconhecidos em virtude do histórico de rentabilidade.

## 20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. A Grupo não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**20.1. Classificação dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como empréstimos e recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A composição por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Grupo, apresentados nas demonstrações contábeis, estão demonstrados a seguir:

	Classificação	31/12/2023
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.621
Despesas antecipadas	Custo amortizado	36
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.195
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	Custo amortizado	4.171
Arrendamentos	Custo amortizado	11.978
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	29.436

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas acima.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2023 para os instrumentos financeiros da Grupo de “Custo Amortizado”, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, e para a Grupo de “Custo Amortizado” que abrange principalmente, fornecedores e empréstimos, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

**20.2. Fatores de risco financeiro**

Os principais riscos inerentes as operações da Grupo e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

**a) Risco de crédito:** A Grupo restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo;

**b) Riscos de liquidez:** Risco de a Grupo não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria;

**c) Risco de taxa de juros (risco de mercado):** decorre da possibilidade de a Grupo sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Grupo busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	31/12/2023
<b>Instrumentos de taxa variável</b>	
<b>Ativos financeiros</b>	
Aplicações financeiras	1.621
<b>Total</b>	<b>1.621</b>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20.3. Sensibilidade a taxas de juros

O Grupo realizou a análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações contábeis.

Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	Cenários					
			I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
<b>1- Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	1.621	Variação do CDI	13,65%	221	276	332	166	111

## 21. Informação por segmento

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração do Grupo avaliou os critérios do CPC 22 – Informações por segmento e concluiu que há apenas um segmento operacional.

O Grupo administra os seus principais negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nº 482/2012. O Grupo possui a Administração centralizada e todas as suas tomadas de decisões são baseadas em relatórios consolidados que representam 100% da receita líquida da locação das usinas fotovoltaicas.

## 22. Cobertura de seguros

O Grupo mantém cobertura de seguros visando cobrir eventuais riscos operacionais, cujas coberturas são compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas junto a instituições seguradoras, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação quanto à necessidade de contratação, bem como da adequação das coberturas de seguros.

Seguradora	Cobertura	Importância segurada	Vigência
Sompo Seguros	Risco material	162.281	17 de fevereiro de 2024
Sompo Seguros	Lucros cessantes	18.348	17 de fevereiro de 2024

## 23. Eventos subsequentes

### 23.1 Reorganização societária

Reorganização societária com a finalidade de estruturar operação de financiamento de longo prazo para determinados projetos.

Em outubro de 2024, a Holdco IV realizou a incorporação da Holdco V.

Como efeito da estruturação para futura operação de financiamento, foram transferidas as seguintes SPÉs para a Holdco IV: Faro São Roque Locação e Soluções em Energia Ltda., Faro Marambaia Locação e Soluções em Energia Ltda., Faro Taipu Locação e Soluções em Energia Ltda., Faro Mangue Seco Locação e Soluções em Energia Ltda., Faro Ilha do Dragão Locação e Soluções em Energia Ltda.

Ainda no escopo da operação de financiamento de longo prazo, em outubro de 2024, os sócios da Holdco IV decidiram pela transformação do tipo societário da entidade, a qual passou a ser uma sociedade anônima.